



MUNICÍPIO DE INÚBIA PAULISTA

CNPJ 44.919.611/0001-03 Fone: (18) 3556-9900 E-mail: inubia@terra.com.br
Avenida Campos Salles, 113 – CEP 17760-000 - Inúbia Paulista - Estado de São Paulo.

DECRETO Nº 3.723/2.022

- De 06 de Janeiro de 2.022 -

“Dispõe sobre aprovação do Regimento Escolar da EMEF Professor Wagner Campato, e dá outras providências”.

JOÃO SOARES DOS SANTOS, Prefeito do
Município de Inúbia Paulista, Estado de São
Paulo, no uso de suas atribuições legais,.....

DECRETA:

Art. 1º. – Fica aprovado o Regimento Escolar da EMEF Professor Wagner Campato, nos termos do Anexo que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista, 06 de Janeiro de 2022.

JOÃO SOARES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal, publicado por afixação no lugar público de costume e na imprensa e arquivado no Cartório Local.

CRISTIANE FREITAS LOPES

Diretora de Secretaria



REGIMENTO ESCOLAR

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Capítulo I

Da Caracterização

Art. 1º - A organização administrativa, didática e disciplinar da Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF “Prof Wagner Campato” pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Inúbia Paulista-SP, reger-se-á pelo presente Regimento que se alicerça nos dispositivos constitucionais vigentes, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas normas complementares.

Art. 2º - A Escolas Municipal de Ensino Fundamental pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Inúbia Paulista serão mantidas pela Prefeitura Municipal, sediada à Rua João Geronimo Lopes, nº 572, CNPJ44.919.611/0001-03 e jurisdicionada administrativamente à Diretoria de Ensino – Região de Adamantina – SP.

Parágrafo único: A Escola Municipal de Ensino Fundamental é pública, gratuita e laica, direito da população e dever do Poder Público Municipal e está a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, segundo as normas do sistema municipal de ensino, sem requisito de seleção, exceto o da idade para a matrícula.

Capítulo II

Dos Objetivos da Educação Escolar

Art. 3º - A educação escolar, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade, no âmbito do ensino fundamental, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 4º - Os objetivos do ensino devem convergir para os fins mais amplos da educação nacional, expressos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Parágrafo único – São objetivos da EMEF Professor “Wagner Campato” : Elevar ,sistematicamente, a qualidade de Ensino oferecido aos educandos através de um trabalho significativo que o leve a observância, descobrir e refletir sobre o mundo, construindo o conhecimento, desenvolvendo e aperfeiçoando a comunicação.

I – ofertar uma educação inclusiva e com qualidade social,



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

II - desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores;

III - garantir a permanência do aluno na escola;

IV - assegurar aos que não concluíram o ensino fundamental na idade própria oportunidade de acesso ou continuidade de estudos por meio da educação de jovens e adultos;

V - assegurar atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, por meio da matrícula nas classes comuns de ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE);

VI - fortalecer as formas de relação da escola com as famílias e a comunidade;

VII - os Alunos com deficiências, ingressantes no 1º Ano do Ensino Fundamental ou que venham transferidos para qualquer ano do Ensino Fundamental serão matriculados, em classe comuns de ensino;

VIII - o atendimento escolar de alunos que apresentam deficiências far-se á preferencialmente, com apoio de serviços especializados ao aluno com deficiência na sua especificidade, sendo obrigatório, em primeiro plano, o laudo individualizado de avaliação do especialista, uma vez que, sem o laudo, qualquer aluno é igual perante os demais, devendo a unidade escolar adotar as providências necessárias para que o aluno com deficiência seja atendido juntamente com os demais alunos discentes, atentando-se para as instruções abaixo:

- 1- Relatório aos professores para ciência da especificidade da necessidade especial desse aluno;
- 2- O atendimento a esse aluno no dia-a-dia se dará por meio de adaptação curricular (de acordo com a deficiência do educando serão preparados materiais que atendam as especificidades), com a medição do professor;
- 3- As atividades avaliativas são preparadas e aplicadas de acordo com a necessidade que esse aluno precise, com acompanhamento individualizado do professor e em ambiente diferenciado com tempo não limitado;
- 4- Essas atividades orais e/ou escritas tem como objetivo avaliar o progresso desse aluno dentro da sua necessidade.

Capítulo III

Dos Objetivos do Ensino Fundamental

Seção I

Dos Objetivos Gerais

Art. 5º - O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, iniciar-se-á aos 6 (seis) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo e terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 6º - As políticas educativas e as ações pedagógicas nas escolas de ensino fundamental serão norteadas pelos seguintes princípios:

I – éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II – políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais;

III - estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

Seção II

DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 7º - A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade e 11 meses, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, cultural e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Parágrafo único. Será ofertada de forma a garantir os direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se, conhecer-se) e o desenvolvimento progressivo de sua autonomia



Seção III

DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 8º - A educação de jovens e adultos objetiva suprir a escolarização daqueles que não conseguiram iniciar ou concluir seus estudos na idade própria, respeitando os saberes adquiridos em suas experiências de vida, seus interesses, valores e visões de mundo, proporcionando-lhes:

- I - o desenvolvimento e/ou ampliação da capacidade crítica, iniciativa, identidade cultural e da autonomia intelectual;
- II - a aquisição e consolidação de conhecimentos necessários, utilizando o pensamento lógico, a criatividade e a capacidade de análise crítica;
- III - o desenvolvimento do raciocínio lógico e de outras competências cognitivas na perspectiva de contextualização do conhecimento, por meio de estratégias que favoreçam a aprendizagem;
- IV - a elevação da escolaridade como forma de contribuição para o aumento da competitividade no mundo do trabalho.

Capítulo IV

Da organização e Funcionamento da Escola

Art. 9º - As escolas serão organizadas de modo a atender as necessidades socioeducacionais e de aprendizagem dos alunos, em prédios e salas de aula com mobiliário, equipamentos e material didático-pedagógico adequados às diferentes faixas etárias atendidas ao nível do ensino fundamental e terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar seu projeto político-pedagógico e sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis ;
- VIII legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- IX - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

§ 1º - As escolas funcionarão preferencialmente no período diurno, sendo permitido o funcionamento no noturno quando necessário para atender a educação de jovens e adultos.

§ 2º - O ensino será ministrado na modalidade presencial.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO".
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

Art.10º – As escolas serão organizadas de modo a oferecerem, no ensino regular, carga horária mínima anual de 800 (oitocentas horas), distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º - Considera-se de efetivo trabalho escolar os dias em que forem desenvolvidas atividades regulares de aula ou outras programações didático-pedagógicas, cívicas, desportivas ou culturais, planejadas pela escola e constantes do calendário escolar, envolvendo a presença dos professores e dos alunos.

§ 2º - Para cumprimento da carga horária prevista em lei, o tempo de intervalo entre uma aula e outra, assim como o destinado ao recreio, poderão ser considerados com atividades escolares e computados na carga horária diária da classe ou proporcionalmente na duração da aula de cada componente curricular.

§ 3º - A carga horária e os dias letivos na educação de jovens e adultos, nos cursos correspondentes aos anos iniciais, será aquela expressa no plano de curso) e, nos anos finais, cada semestre terá carga horária mínima de 400 de (quatrocentas) horas, distribuídas pelos dias letivos definidos no plano de curso.

Art. 11º - Em caso de caráter excepcional, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública os estabelecimentos de ensino de educação básica, observará as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a editadas pelos respectivos sistemas de ensino

Parágrafo único - As instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, públicas ou privadas da Educação Básica, tendo em vista a importância da gestão do ensino e da aprendizagem, dos espaços e dos tempos escolares, bem como a compreensão de que as atividades escolares não se resumem ao espaço de uma sala de aula, deverão reorganizar seus calendários escolares nesta situação emergencial, podendo propor, para além de reposição de aulas de forma presencial, formas de realização de atividades escolares não presenciais, nas diversas modalidades.

Art. 12º - As instituições de ensino deverão utilizar os recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação para alunos do ensino fundamental, considerando como modalidade semipresencial quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino centrados na auto - aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de informação e comunicação remota.

§ 1º No Ensino Fundamental, na atual situação emergencial, quaisquer componentes curriculares poderão ser trabalhados na modalidade semipresencial.

§ 2º As instituições de ensino deverão utilizar, para a programação da atividade escolar obrigatória, todos os recursos disponíveis, desde orientações com textos, estudo dirigido e avaliações, bem como outros meios remotos diversos;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO"
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

§ 3º As atividades semipresenciais deverão ser registradas e eventualmente comprovadas perante as autoridades competentes e farão parte do total das 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória.

§ 4º As instituições de ensino deverão registrar de forma pormenorizada e arquivar as comprovações que demonstram as atividades escolares realizadas fora da escola, a fim de que possam ser autorizadas a compor carga horária de atividade escolar obrigatória a depender da extensão da suspensão das aulas presenciais durante o presente período de emergência.

§ 5º As atividades escolares não presenciais podem ocorrer se utilizando de meios digitais ou impressos. A realização das atividades, independentemente do meio, deve ser registrada nos planos de aula ou roteiros de estudos. E o registro dessas atividades pode ser tanto impresso quanto pode se utilizar de recurso digital (aplicativo, planilha etc) e devem ser então arquivados pois são evidências do cumprimento da carga horária mínima.

§ 6º Os estabelecimentos de ensino de educação básica, ficam dispensados, em caráter excepcional, no ensino fundamental, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do inciso I do caput e do § 1º do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos

Título II

Da Gestão Democrática

Capítulo I

Dos Princípios

Art.13º - A gestão democrática das escolas objetiva possibilitar a elas maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assegurando padrão adequado de qualidade do ensino ministrado.

Art.14º - A gestão democrática tem por finalidade

I – propiciar meios para a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II – garantir a participação das comunidades escolar e local nos conselhos de classes e escolares e nas instituições escolares.

§ 1º - O projeto político-pedagógico da escola, que traduz a sua proposta educativa, será construído pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e do sistema municipal de ensino.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO".
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

§ 2º Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Capítulo II

Das Instituições Escolares

Seção I

Disposições Gerais

Art. 15º – As instituições escolares terão a função de aprimorar o processo de construção de autonomia da escola e as relações de convivência das comunidades escolar e local.

Parágrafo Único: As escolas contarão com as seguintes instituições escolares que funcionarão de acordo com as normas constantes de seus estatutos:

I - associação de pais e mestres;

II - grêmios estudantis.

Art. 16º - Caberá à direção da unidade escolar garantir a articulação da Associação de Pais e Mestres com o Conselho de Escola e criar condições para organização dos alunos no Grêmios Estudantis.

Art. 17º - Outras instituições e associações poderão ser criadas desde que aprovadas pelo Conselho de Escola.

SEÇÃO II

DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES

Art. 18º - A Associação de Pais e Mestres é uma entidade de direito privado, com finalidade social e educacional, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar.

Art. 19º - A Associação de Pais e Mestres visa garantir a participação da comunidade escolar na busca pela autonomia da gestão dos recursos financeiros, humanos e materiais das unidades educacionais.

Art. 20º – A Associação de Pais e Mestres é regida por estatuto próprio, na forma da lei.



Capítulo III

Dos Colegiados

Art. 21º - A escola contará com os seguintes colegiados:

I- Conselho de Escola;

II - Conselhos de Classe/ano.

Seção I

Do Conselho de Escola

Art.22º - O Conselho de Escola, articulado ao núcleo de direção, constitui-se em um colegiado de natureza consultiva e deliberativa, formado por representantes de todos os seguimentos da comunidade escolar.

Art. 23º- O Conselho de Escola tomará suas decisões respeitando os princípios e diretrizes da política educacional, das normas expedidas pelo sistema municipal de ensino, do projeto político-pedagógico da escola e a legislação vigente.

Art.24º - O Conselho de Escola poderá elaborar seu próprio estatuto com observância do disposto no artigo anterior, objetivando dinamizar sua atuação e facilitar sua organização.

Art.25º - O Conselho de Escola será formado por, no mínimo, 20(vinte) e, no máximo, 40 (quarenta) membros, presidido pelo Diretor de Escola e eleito anualmente no primeiro mês letivo, obedecendo à seguinte proporcionalidade:

I -40% (quarenta por cento) de docentes;

II - 5% (Cinco por cento) de especialistas de educação;

III - 5% (Cinco por cento) dos demais funcionários;

IV -25% (Vinte e Cinco por cento) de pais de alunos;

V -25% (Vinte e Cinco por cento) de alunos.

§ 1º - Os componentes do conselho de escola serão escolhidos por seus pares mediante processo eletivo.

§ 2º - Cada segmento representativo no conselho de escola elegerá também 2(dois) suplentes que substituirão os membros efetivos em suas ausências, impedimentos e na vacância.

§ 3º - Os representantes dos alunos sempre terão direito a voz e voto, salvo nos assuntos que por força legal sejam restritos aos que estiverem no gozo da capacidade civil.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO".
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

§ 4º - São atribuições do Conselho de Escola:

I - deliberar sobre:

- a) diretrizes e metas da unidade escolar;
- b) alternativas de solução para problemas de natureza administrativa e pedagógica;
- c) criação e regulamentação de instituições auxiliares da escola;
- d) penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos o corpo discente.

II - aprovar o calendário escolar;

III – aprovar e alterar o regimento escolar submetendo-o à homologação da autoridade escolar;

IV – aprovar o projeto político-pedagógico submetendo-o à homologação da autoridade escolar;

V - apreciar os relatórios anuais da escola analisando seu desempenho em face das diretrizes e metas estabelecidas.

VI – opinar sobre:

- a) projetos de atendimento psicopedagógico e de material didáticoescolar;
- d) programas especiais, visando a integração da escola, família e comunidade;
- c) aplicação de recursos financeiros da escola e das instituições auxiliares;

§ 5º - Nenhum dos membros do conselho de escola poderá acumular votos, não sendo permitido, também, o voto por procuração.

§ 6ª - O conselho de escola deverá reunir-se ordinariamente 2(duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, por convocação do diretor de escola ou por proposta de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 7º - Todas as decisões do conselho de escola serão lavradas em atas e tornadas públicas e adotadas por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único – A realização de reunião do Conselho de Escola poderá ocorrer de forma não presencial, por meio de plataformas digitais na excepcionalidade do período emergencial, enquanto durarem as restrições à realização de reuniões presenciais para prevenir a transmissão da Covid-19, sendo necessária lista de presença e a formalização do registro da respectiva Ata.



Seção II

Dos Conselhos de Classe/ano

Art. 26º - Os conselhos de classe/ano, enquanto colegiados responsáveis pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem, organizar-se-ão de forma a:

- I - possibilitar a inter-relação entre profissionais e alunos, entre turnos e entre anos e turmas;
- II - propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e aprendizagem;
- III - favorecer a integração e sequência dos conteúdos curriculares de cada ano ou classe;
- IV- orientar o processo de gestão do ensino;
- V – decidir sobre promoção ou retenção de alunos.

Art. 27º - Os conselhos de classe/ano serão constituídos por todos os professores da mesma classe/ano, podendo ainda contar com a participação de um aluno representante de cada classe/ ano que poderá participar de todas as reuniões, salvo as convocadas para decidir sobre promoção ou retenção.

Art.28º - Os conselhos de classe/ano deverão se reunir ordinariamente uma vez por bimestre ou quando convocados pelo diretor da escola.

Parágrafo único - As reuniões dos Conselhos de classe/ano serão presididas pelo diretor da escola que poderá delegar a presidência e condução ao Professor Coordenador.

Art.29º - Os conselhos de classe/ano, de natureza consultiva e deliberativa, têm as seguintes atribuições:

I- avaliar, ao longo do ano letivo, o rendimento da classe/ano e confrontar os resultados da aprendizagem relativos aos componentes curriculares, mediante:

- a) análise dos padrões de avaliação utilizados;
- b) identificação dos alunos de aproveitamento insuficiente;
- c) identificação das causas do aproveitamento insuficiente;
- d) coleta e utilização das informações sobre as necessidades, interesses e aptidões dos alunos;
- e) elaboração e programação das atividades de recuperação, aceleração de estudos, reforço,



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA – SP

aproveitamento e de compensação e controle de ausências.

II - avaliar a conduta da classe/ano:

- a) confrontando o relacionamento da classe/ano com os diferentes professores;
- b) identificando os alunos de ajustamento insatisfatório à situação da classe e da escola, propondo medidas que levem ao ajustamento.

III - decidir sobre a promoção e a retenção de alunos:

- a) determinando retenção quando o aluno, após ser submetido a recuperação paralela e aulas de reforço escolar, não ter dominado conteúdos necessários ao prosseguimento de estudos em ano seguinte;
- b) homologando o resultado final obtido pelo aluno;
- c) opinando sobre recursos relativos à verificação do rendimento escolar in terpostos por alunos ou seus responsáveis.

Capítulo IV

Das Normas de Gestão e Convivência

Seção I

Das Disposições Gerais

Art.30º - As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola e fundamentam-se em princípios de solidariedade, responsabilidade, ética, pluralidade cultural, autonomia, gestão democrática e respeito à diversidade.

Art.31º - No âmbito de cada escola haverá uma Comissão de Normas e Convivência com a seguinte composição:

- I – Diretor de Escola, que será seu presidente nato;
- II – Secretário de Escola;
- III – Coordenador Pedagógico;
- IV – um professor membro do Conselho de Classe, indicado por seus pares;
- V – um pai de aluno, escolhido por seus pares no Conselho de Escola.

Art. 32º - A Comissão de Normas e Convivência terá as seguintes atribuições:



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA – SP

I – analisar e julgar toda a infração do Regimento Escolar, salvo a que considerar falta grave, caso em que será ouvido o Conselho de Escola para aplicação de penalidades ou encaminhamento às autoridades competentes;

II – analisar e decidir sobre os pedidos de justificativa de faltas de alunos para fins de compensação de ausências;

III – julgar todos os procedimentos que atentem contra as normas de convivência da escola.

Parágrafo único – A Comissão de Normas e Convivência poderá delegar à Direção as atribuições previstas no inciso I do artigo anterior.

Art. 33º - Nenhuma penalidade poderá ferir as normas que regulamentam o regime funcional do servidor público, no caso de funcionário, ou o Estatuto da Criança e do Adolescente, no caso de aluno, salvaguardado:

I - o direito à ampla defesa e recurso a órgãos superiores, quando for o caso;

II - assistência dos pais ou responsável;

III - o direito do aluno à continuidade de estudos, no mesmo estabelecimento público de ensino.

Art. 34º - As Normas de Gestão e Convivência, bem como as sanções e recursos cabíveis, são as constantes deste Regimento.

Art. 35º - A Comissão de Normas e Convivência reunir-se-á sempre que necessário, e mediante convocação da direção, tomando suas decisões por maioria simples de votos.

Seção II

Das Normas de Convivência Afetas ao Corpo Docente e aos Funcionários

Art. 36º - São normas de convivência do corpo docente e funcionários da escola:

I - respeitar a hierarquia;

II - ter espírito de equipe, solidariedade, cooperação e bom relacionamento com todos os funcionários da escola, respeitando e colaborando com o adequado funcionamento do estabelecimento de ensino;

III – respeitar, rigorosamente, os sinais de entrada, intervalos e saída, assim como os horários de mudança de sala de aula dos professores, quando for o caso;

IV - ao sair da sala de aula, sala dos professores, sala de informática, sala de leitura e sala de arte, deixar o mobiliário e os materiais existentes nas mesmas em ordem;

V - não deixar os alunos sozinhos em sala de aula ou em outro ambiente de aprendizagem em



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO".
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

hipótese alguma;

VI - manter as portas das salas de aula fechadas com chave nos horários de intervalos;

VII - não usar o telefone celular em sala de aula e/ou nas dependências da unidade escolar e não registrar e compartilhar imagens de alunos e atividades pedagógicas, exceto quando autorizado pela direção da unidade escolar;

VIII - não fumar em sala de aula e nas dependências da escola;

X - não trazer filhos à escola em horário de trabalho, exceto quando os mesmos estudarem no estabelecimento de ensino, ou em ocasiões de eventos que envolverem a comunidade;

X - não usufruir a internet ou telefone da escola para interesses pessoais sem a autorização da direção;

XI - zelar pela disciplina, limpeza e ordem de todas as dependências da escola, assim como de todos os bens patrimoniais existentes no estabelecimento de ensino;

XII - vestir-se adequadamente;

XIII - assinar o ponto diariamente, nos horários de entrada, saídas e horas de trabalho pedagógico,

XIV - não comercializar em salas de aula e ou em outras dependências da unidade escolar.

Seção III

Dos Direitos e Deveres da Direção, do Corpo Docente e dos Funcionários

Art.37º - Além dos direitos decorrentes da legislação específica, são assegurados à direção, docentes e funcionários o direito:

I - à realização humana e profissional;

II - ao respeito e condições condignas de trabalho;

III - de recurso à autoridade superior quando se sentir prejudicado.

Art.38º - Ao diretor, docentes e funcionários caberá, por outro lado, além do que estiver previsto em legislação:

I - assumir integralmente as responsabilidades e deveres decorrentes de seus direitos e de suas funções;

II - cumprir pontualmente seu horário de trabalho, reuniões e período de permanência na escola;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

III - manter com seus colegas um espírito de colaboração e amizade.

Art. 39º – Ao diretor, docentes e funcionários aplicam-se quanto aos direitos, deveres e regime disciplinar as disposições contidas na lei que regulamenta o regime funcional dos servidores.

Seção IV

Dos Direitos e Deveres dos Alunos

Art. 40º – São direitos dos alunos, além de outros previstos na legislação vigente:

I – receber formação educacional adequada e em conformidade com os currículos constantes do projeto político-pedagógico;

II - ter assegurado respeito de sua pessoa por toda comunidade escolar;

III - ter convivência sadia com seus colegas;

IV – manter comunicação harmoniosa com seus professores;

V – reunir-se para organização de agremiações e campanhas de cunho educativo, dentro das normas estabelecidas pela escola;

VI – ter acesso ao projeto político-pedagógico, bem como aos recursos materiais e didáticos da escola;

VII – ter conhecimento prévio dos critérios de avaliação utilizados pela escola;

VIII - recorrer dos resultados das avaliações de seu desempenho quando se julgar prejudicado sendo que no caso de aluno menor, o recurso deverá ser interposto por seu responsável;

IX - organizar o grêmio estudantil como entidade representativa de seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais;

X - receber atendimento adequado por parte dos serviços assistenciais, quando carentes de recursos;

Art. 41º - Os alunos, além do que dispõe a legislação, tem o dever de:

I - contribuir em sua esfera de atuação para o prestígio da escola;

II - participar conscientemente de sua própria educação, comparecendo e participando de todas as atividades educacionais programadas;

III - ter adequado comportamento social, tratando professores, funcionários e colegas da escola com civilidade e respeito;

IV - cooperar para boa conservação do mobiliário, dos equipamentos e do material escolar;





SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO"
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

VII - não portar objetos que representem perigo para a saúde, segurança e integridade física e moral sua e de outrem;

VIII - submeter-se a aprovação de autoridade competente a realização de atividades de iniciativa pessoal ou de grupos no âmbito da escola;

IX - não participar de movimentos de indisciplina coletiva;

X - comportar-se de modo a fortalecer o espírito de responsabilidade e democracia na escola;

XI - obedecer às normas estabelecidas pelo regimento escolar e demais normas disciplinares;

XII - comparecer às atividades escolares trajando uniforme e portando o material escolar exigido.

XIII - não utilizar o telefone celular durante o horário das aulas e demais atividades pedagógicas.

Parágrafo único - A escola fornecerá o uniforme e o material escolar aos alunos da EMEF Professor "Wagner Campato"

Seção V

Das Sanções Aplicáveis aos Alunos

Art. 42º - A inobservância dos deveres e a incidência de faltas disciplinares de natureza grave poderão sujeitar o aluno às penalidades a serem aplicadas pelo diretor da escola ou pelo elemento do corpo administrativo por ele designado, após apuradas as responsabilidades e garantindo a ele o direito de defesa.

Art. 43º- As penalidades a serem aplicadas aos alunos, dependendo da gravidade da falta cometida são:

I- repreensão verbal com orientação ao aluno, com o objetivo de direcionar ações educativas, seguida pela elaboração de combinados.

II- repreensão por escrito com orientação ao aluno, comunicação e orientação aos pais; com o objetivo de direcionar ações educativas, seguida pela elaboração de combinados.

III - em casos de infração será aplicada medida disciplinar, sendo que:

a)- deverá haver investigação e comprovação da ocorrência;

b- apuração das responsabilidades;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

c- orientação e conscientização;

d- elaboração de termo constando todos os fatos apurados e com assinatura de todos envolvidos, inclusive de testemunhas, se houver;

e- transferência compulsória de período;

f)- encaminhamento ao Conselho Tutelar;

V- As sanções e ações educativas devem contribuir para o processo de desenvolvimento integral do estudante.

Art. 44º - A penalidade de suspensão de 01 dia será aplicada em caso de falta de natureza grave após observados os itens anteriores e obriga os pais ou responsáveis a comparecerem na escola para tomarem ciência no caso de aluno menor de idade.

Art. 45º - Toda medida disciplinar aplicada, com exceção da prevista no inciso I do art. 43, deverá ser registrada em livro próprio e comunicada aos pais ou responsáveis.

Capítulo V

Do Projeto Político-Pedagógico

Art.46º - As unidades escolares elaborarão o Plano Gestão – Projeto Político Pedagógico, com duração de 4 (quatro) anos que será revisto e atualizado anualmente.

Art.47º - O projeto político-pedagógico da escola deverá traduzir a proposta educativa que a comunidade escolar deseja construir no exercício de sua autonomia e será elaborado com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e do respectivo sistema de ensino.

Art.48º – O projeto político-pedagógico deverá conter:

I - a proposta curricular, definindo-se o que e como se ensina, as formas de avaliação da aprendizagem, a organização do tempo e o uso do espaço na escola, entre outros pontos;

II – a organização dos ciclos / anos, compreendidos como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos 9 (nove) anos de duração do Ensino Fundamental;

III – o programa de formação continuada dos professores;

IV – as diretrizes da gestão administrativa que tem como função principal viabilizar o que for necessário para que os demais pontos funcionem satisfatoriamente.

Parágrafo único: O projeto político-pedagógico deverá prever espaço e tempo necessário para



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.

Art.49º - A elaboração do projeto político-pedagógico será pautado em estratégias que garantam ampla participação dos professores, funcionários, das famílias, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Parágrafo único: Cabe ao diretor da escola a mobilização e a coordenação das ações para a elaboração do projeto político-pedagógico.

Art. 50º - O projeto político-pedagógico será submetido a aprovação do Conselho de Escola e à homologação e publicação em Diário Oficial pela DER-Adamantina após apreciação pela Supervisão de Ensino.

Art. 51º - Anualmente serão incorporados ao Projeto Político-pedagógico, anexos,

contendo:

I - agrupamento de alunos e sua distribuição por turno, curso, ano e turma;

II - quadro curricular por curso e ano;

III - organização das horas de trabalho pedagógico, explicitando o cronograma;

IV - calendário escolar e demais eventos da escola;

V - horário de trabalho e escala de férias dos servidores;

VI - projetos especiais.

Capítulo V

Do Plano de Curso

Art. 52º - Os Planos dos Cursos mantidos pelas escolas serão parte integrante dos Projetos Políticos-Pedagógicos e terão por finalidade garantir a organicidade e continuidade dos mesmos e conterão:

I - objetivos;

II - matriz curricular

III - integração e sequência dos componentes curriculares;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

IV - síntese dos conteúdos programáticos que subsidiarão a elaboração dos planos de ensino;

V- carga horária mínima dos cursos e componentes curriculares.

§ 1º - Os planos de curso serão atualizados sempre que necessário

§ 2º - Os planos de curso serão submetidos à homologação do órgão encarregado pela supervisão escolar, bem como eventuais alterações da matriz curricular.

Capítulo VII

Do Plano de Ensino

Art. 53º - Os Planos de Ensino serão elaborados pelos docentes até o final do primeiro bimestre letivo em consonância com o projeto político-pedagógico e o plano de curso e se constitui em documento da escola e do professor, devendo ser mantido a disposição da direção e supervisão de ensino.

Parágrafo único: Os planos de ensino têm por finalidade garantir a organização e continuidade do curso, bem como as estratégias a serem utilizadas pelos docentes e deverão conter:

I – objetivos do curso;

II – competências e habilidades que os alunos deverão dominar;

III – integração e sequência dos componentes curriculares;

IV – conteúdo programático;

V – mecanismos de avaliação e estratégias de recuperação da aprendizagem;

VI – cronograma das atividades;

VII – bibliografia;

VIII - nome do professor, assinatura e data.

Art. 54º - Os planos de ensino serão submetidos à homologação da direção da escola.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

TÍTULO III

Do Processo de Avaliação

Capítulo I

Dos Princípios

Art. 55º - A avaliação da escola, no que concerne a sua estrutura, organização, funcionamento e impacto sobre a situação do ensino e da aprendizagem, constitui um dos elementos para reflexão e transformação da prática escolar e terá como princípio o aprimoramento da qualidade do ensino.

Art. 56º - A avaliação interna, processo a ser organizado pela escola e a avaliação externa, pelos órgãos locais e centrais da administração, serão subsidiados por procedimentos de observações e registros contínuos e terão por objetivo permitir o acompanhamento:

I - sistemático e contínuo do processo de ensino e da aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas propostos;

II - do desempenho da direção, dos professores, dos alunos e dos demais funcionários nos diferentes momentos do processo educacional;

III - da participação efetiva da comunidade escolar nas mais diversas atividades propostas pela escola;

IV- da execução do projeto político-pedagógico.

Art. 57º- A avaliação interna dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I – assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino;

b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;

c) durante o período de atividades escolares não presenciais, as unidades de ensino deverão privilegiar a avaliação qualitativa, considerando a evolução do estudante, em termos de consolidação dos conhecimentos procedimentais, atitudinais e conceituais.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

Art. 58º - Os alunos serão avaliados bimestralmente pelos diferentes instrumentos de avaliação para acompanhar o processo de aprendizagem e incentivar o comprometimento com os estudos por parte dos estudantes, tais como obrigatoriamente por uma avaliação escrita, e a outra em forma de participação através de trabalhos, projetos ou pesquisas, seminários, observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, realizadas de forma presencial ou não presencial; e observação da participação e engajamento. Tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

Parágrafo único: Compete ao docente manter atualizados os registros de desempenho nas avaliações para fins de acompanhamento pedagógico, tomadas de decisão quanto a retomadas e avanços da aprendizagem, diagnóstico para as ações pedagógicas no retorno às atividades presenciais e para fins de regularização da vida escolar do estudante.

Art. 59º - Durante o período de atividades escolares não presenciais, nenhum estudante deve ser prejudicado em sua avaliação por não ter acesso a computador, internet ou outros recursos digitais.

Parágrafo único: no retorno das atividades presenciais, esses estudantes terão oportunidades de realizar as atividades propostas, participar das aulas de recuperação e reforço e realizar avaliações para contabilizar suas notas.

Art.60º- Os Conselhos de Classe/Ano/Termo reunir-se-ão bimestralmente e ao final do semestre/ano letivo, para analisar os resultados das avaliações e decidir sobre a promoção, retenção ou encaminhamentos dos alunos para estudos de recuperação e poderá ocorrer de forma não presencial, por meio de plataformas digitais na excepcionalidade do período emergencial, enquanto durarem as restrições à realização de reuniões presenciais para prevenir a transmissão da Covid-19, sendo necessária listas de presença e a formalização do registro da respectiva Ata.

Art. 61º - Ao final do semestre do ano letivo o professor emitirá, simultaneamente, a nota relativa ao último bimestre e a nota que expressará a avaliação final, ou seja, aquela que melhor refletirá o progresso alcançado pelo aluno ao longo do ano letivo, por componente curricular, conforme a escala numérica acima citada.

§ 1º - Ao final do semestre do ano letivo os resultados finais de avaliação deverão ser publicados em local acessível e visível aos alunos e aos seus responsáveis

§ 2º Ao final do semestre do ano letivo, a média numérica não será o único parâmetro analisado para a promoção do aluno, mas também deverá ser observado o desenvolvimento global e gradativo do mesmo

§ 3º As avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 das escolas deverão levar em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, considerando o contexto excepcional da pandemia, com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono no ensino fundamental e médio.





Da Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

Art. 62º - O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem será realizado por meio de procedimentos externos e internos.

Art. 63º - A avaliação externa estará articulada às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres no Estado e, eventualmente no Município e tem por objetivo subsidiar o sistema de ensino e a escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos.

§ 1º A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos pela avaliação externa deverá auxiliar o sistema de ensino e a unidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

§ 2º A avaliação externa do rendimento dos alunos refere-se apenas a uma parcela restrita do que é trabalhado nas escolas, de sorte que as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas no projeto político-pedagógico da escola, articuladas às orientações e propostas curriculares do sistema municipal de ensino.

Art. 64º - A avaliação interna do processo de ensino e aprendizagem, responsabilidade da escola, será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo como um de seus objetivos, o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular prevista e desenvolvida em cada nível da etapa da escolaridade.

Art. 65º - A avaliação interna do processo de aprendizagem tem por objetivos:

- I - diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades;
- II - possibilitar que os alunos auto-avaliem a aprendizagem;
- III - orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;
- IV - fundamentar as decisões do conselho de classe e ano quanto à necessidade de procedimentos paralelos de reforço e recuperação de aprendizagem, da classificação e reclassificação do aluno;
- V- orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

Art.66º - A avaliação interna do desempenho do aluno envolverá ainda os aspectos formativos, através da observação de suas atitudes referentes à frequência regular às aulas, participação nas atividades pedagógica e responsabilidade nas tarefas que executa.

§ 1º- Na avaliação do desempenho do aluno, os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

§ 2º- Os critérios de avaliação estarão fundamentados nos objetivos específicos de cada componente curricular, nos objetivos peculiares de cada curso e nos objetivos gerais da escola.



§ 3º- Na avaliação do aproveitamento serão utilizados pelo professor vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

Art. 67º - Os resultados das avaliações serão registrados por meio de sínteses bimestrais e finais, em cada componente curricular, expressos em notas, numa escala de 0(zero) a 10,0(dez), identificando os alunos com rendimento satisfatório ou insatisfatório.

Art. 68º – A avaliação se constitui em um processo contínuo razão pela qual o aluno deverá ser observado em todas as atividades realizadas e seu aproveitamento será sintetizado, ao final de cada bimestre, numa nota, conforme estabelecido no artigo anterior.

Art.69º - No calendário escolar deverão estar previstas reuniões bimestrais dos conselhos de classe/ano e dos professores com os pais para conhecimento, análise e reflexão sobre os procedimentos de ensino adotados e sobre os resultados da aprendizagem alcançados.

§ 1º - No final do ano letivo, os conselhos de classe/ano reunir-se-ão para analisar os resultados das avaliações e decidir sobre a promoção ou retenção do aluno, observado o ciclo pedagógico.

§ 2º - A promoção ou retenção do aluno de que trata o parágrafo anterior levará em conta a organização dos ciclos e/ou dos anos adotados pela unidade escolar.

Título IV

Da Organização e Desenvolvimento do Ensino

Capítulo I

Da Caracterização

Art.70º - A organização e desenvolvimento do ensino compreende o conjunto de medidas voltadas para a consecução dos objetivos estabelecidos no projeto político-pedagógico da escola, abrangendo:

- I - níveis, cursos e modalidades de ensino;
- II - currículos;
- III – seriação/ano;
- IV - projetos especiais.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

Capítulo II

Dos Níveis, Cursos e Modalidades de Ensino

Art. 71º - A escola, em conformidade com seu modelo de organização ministrará:

- I - ensino fundamental regular;
- II - EJA - educação de jovens e adultos
- IV - atendimento educacional especializado – AEE.

Seção I

Do Ensino Fundamental Regular em Tempo Parcial

Art. 72º– Todos os alunos serão matriculados em classes comuns do ensino regular.

Art. 73º - Considera-se como de período parcial a jornada escolar que se organiza em 5 (cinco) horas diárias, no mínimo, durante todo o ano letivo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 800 (oitocentas) horas.

Seção II

Da Educação para Jovens e Adultos

Art. 74º - A Educação de Jovens e Adultos - EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade própria.

§ 1º - A idade mínima para o ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA será de 15 (quinze) anos completos, nos termos do Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e da Resolução CNE/CEB nº 3/2010.

§ 2º - Os cursos serão oferecidos na modalidade presencial.

§ 3º - Os cursos serão organizados na seguinte conformidade:

- I - nos anos iniciais, ou seja, 1º ao 5º ano, a duração dos cursos e a carga horária serão aquelas expressas no plano de curso;

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 75º As atividades pedagógicas não presenciais aplicam-se aos alunos de todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Portanto, é extensivo àqueles submetidos a regimes especiais de ensino, entre os quais os que apresentam altas habilidades/superdotação, deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), atendidos pela modalidade de Educação Especial.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA – SP

Art. 76º As atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, adotarão medidas de acessibilidade igualmente garantidas enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da educação básica onde estejam matriculados.

Art. 77º O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido no período de emergência, mobilizado e orientado por professores regentes e especializados, em articulação com as famílias para a organização das atividades pedagógicas não presenciais a serem realizadas.

Art. 78º Os professores do AEE atuarão com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários. Eles também deverão dar suporte às escolas na elaboração de planos de estudo individualizados, segundo a singularidade dos alunos, a serem disponibilizados e articulados com as famílias.

Art. 79º - Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação serão matriculados nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado no turno inverso da escolarização em salas de recursos multifuncionais.

§ 1º - O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

§ 2º - O AEE não é substitutivo às classes comuns.

Art. 80º - A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais (AEE) , em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 81º - Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 82º - São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA – SP

acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Capítulo III

Dos Currículos

Art. 83º - O currículo do Ensino Fundamental terá uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada.

Parágrafo único: A base nacional comum e a parte diversificada do currículo constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

Capítulo IV

Dos Projetos Especiais

Art.84º - As escolas poderão desenvolver projetos especiais abrangendo:

I – atividades de reforço e recuperação da aprendizagem e orientação de estudos;

II – organização e utilização de salas ambiente, de multimeios, de leitura e laboratórios;

III – outros de interesse da comunidade.

Parágrafo único – Os projetos especiais, integrados aos objetivos da escola, serão planejados e desenvolvidos por profissionais da escola e aprovados nos termos das normas vigentes.

Capítulo V

Da Organização dos Ciclos e Anos Escolares



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO".
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

Art. 85º - O ensino fundamental regular será organizado na seguinte

conformidade: I – anos iniciais:

- a) Ciclo I: 1º ao 3º ano;
- b) Ciclo II: 4º e 5º anos;

Título V

Da Organização Técnico Administrativa

Capítulo I

Da Organização

Art. 86º - O modelo de organização adotado pela escola deverá preservar a flexibilidade necessária para seu bom funcionamento e deverá estar adequado às suas características, envolvendo a participação de toda comunidade escolar nas tomada de decisão e no acompanhamento e avaliação do processo educacional.

Art.87º - A organização técnico administrativa da escola abrange:

- I - núcleo de Direção;
- II - núcleo Técnico-Pedagógico;
- III - núcleo Administrativo;
- IV- corpo Docente;
- v - corpo Discente.

Parágrafo único - A forma de provimento dos cargos previstos para a escola, bem como os requisitos e forma de preenchimento, estão estabelecidas em legislação municipal que dispõe sobre o regime funcional dos servidores.



Capítulo II

Do Núcleo de Direção

Art.88º - O núcleo de direção da escola é o centro executivo do planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar.

Parágrafo único- Integram o núcleo de direção:

I - Diretor de Escola

Art.89º - A direção da escola exercerá suas funções objetivando

garantir: I - a elaboração e execução do projeto político-pedagógico;

II - o cumprimento do Plano de Trabalho de cada Docente;

III - a administração do pessoal e dos recursos materiais e financeiros;

IV - o cumprimento dos dias letivos e horas/aulas estabelecidos;

V - a legalidade, a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos alunos;

VI - meios para o reforço e a recuperação da aprendizagem de alunos;

VII - articulação e integração da escola com as famílias e comunidade;

VIII - informações aos pais, conviventes ou não, ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica;

IX - comunicação ao Conselho Tutelar dos casos de maus tratos envolvendo alunos, assim como os casos de evasão escolar e reiteradas faltas;

X - a notificação ao Conselho Tutelar, ao Juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação de alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% (cinquenta por cento) das aulas previstas e dadas por bimestre.

XI - orientar, supervisionar e acompanhar o registro e a inserção dos dados e informações sob responsabilidade dos docentes;

XII - assegurar que os dados de frequência e os resultados de avaliações internas bimestrais e finais dos estudantes estejam sistematicamente .

Art.90º - Cabe ainda à direção da escola subsidiar os profissionais da escola em especial os representantes dos diferentes colegiados, no tocante às normas vigentes e representar aos órgãos superiores da administração, sempre que houver decisão em desacordo com a legislação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO".
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

Seção I

Do Diretor de Escola

Art. 91º - O cargo de Diretor de Escola será exercido por profissional devidamente habilitado, conforme normas estabelecidas pelos órgãos próprios do sistema.

Artigo - São competências específicas do Diretor de Escola, além de outras previstas na legislação vigente:

I - definir a linha de ação a ser adotada pela escola, observando as diretrizes da política educacional e as normas vigentes;

II - aprovar o plano de curso da escola e submetê-lo à apreciação dos órgãos de supervisão e homologar os planos de ensino;

III - autorizar as matrículas e transferências dos alunos;

IV - propor a instalação de classes, observadas as normas contidas no presente regimento e demais diretrizes;

V - atribuir classes e ou aulas aos professores da escola, respeitada a legislação vigente;

VI - estabelecer o horário de aulas e o horário de trabalho dos professores e funcionários;

VII - estabelecer o expediente da secretaria e dos demais setores e órgãos da escola;

VIII - assinar, juntamente com o secretário ou escrivão, toda documentação relativa à vida escolar dos alunos expedida pela escola;

IX - convocar e presidir reuniões de Conselho de Escola e Conselhos de Classe/Ano;

X - presidir solenidades e cerimônias da escola;

XI - representar a escola em atos oficiais e atividades da comunidade

XII - encaminhar os Estatutos da Associação de Pais e Mestres ao órgão competente para registro;

XIV - encaminhar ao órgão competente, regulamentos e estatutos de outras instituições auxiliares que atuem na escola, para sua aprovação;

XV - aplicar penalidades disciplinares aos alunos, na forma deste regimento;

XVI - decidir sobre recursos interpostos por alunos ou seus responsáveis, relativos à verificação do rendimento escolar ou de outros assuntos;

XVII - em relação às atividades gerais:

a) responder pelo cumprimento, no âmbito da escola, das leis, regulamentos e determinações,



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

bem como atender os prazos para a execução dos trabalhos estabelecidos pelas autoridades superiores;

- b) expedir determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços;
- c) avocar, de modo geral em casos especiais, as atribuições e competências de qualquer funcionário subordinado;
- d) delegar competências e atribuições dos seus subordinados, assim como designar comissões para execução de tarefas especiais;
- e) decidir sobre petições, recursos e processo na sua área de competência ou remetê-los, devidamente informados a quem de direito.

XVIII - em relação à administração de pessoal:

- a) apurar ou fazer apurar irregularidades de que venha tomar conhecimento no âmbito da escola e comunicar ao superior imediato;

XIX- coordenar a elaboração e acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político-Pedagógico;

XX - subsidiar o planejamento educacional;

XXI - dirigir, construir, implementar e participar de todas as atividades pedagógicas da escola visando à melhoria da qualidade de ensino;

XXII - assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como os regulamentos, diretrizes e normas superiores;

XXIII - zelar pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais, mantendo todo material da unidade escolar inventariado;

XXIV- exercer controle sobre eventual produção escolar e dar-lhe destino próprio, de acordo com as normas vigentes;

XXV - coordenar a elaboração de projetos especiais de interesse para a aprendizagem, não constantes da programação básica;

XXVI - garantir a disciplina e o funcionamento da organização;

XXVII - acompanhar todos os atos administrativos indispensáveis ao bom funcionamento da Unidade Escolar, tais como livro do ponto, faltas prontos, expedição de ofícios, etc.

XXVIII - subordinar-se e cumprir todas as determinações do Departamento Municipal de Educação.



Capítulo III

Do Núcleo Técnico Pedagógico

Art. 92º - O núcleo Técnico-Pedagógico é constituído pela Coordenação Pedagógica.

Art. 93º - A coordenação pedagógica tem a função de proporcionar apoio técnico-pedagógico aos docentes e discentes, relativo à elaboração, desenvolvimento e avaliação da proposta educacional.

I - participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico;

II - coordenar as atividades de planejamento quanto aos aspectos curriculares;

III - acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento da programação curricular e a aplicação dos planos de ensino;

IV - prestar assistência técnica aos professores, visando assegurar a eficiência e eficácia do desempenho dos mesmos, objetivando a melhoria dos padrões de ensino, por meio de:

a) proposição de técnicas e procedimentos;

b) seleção e sugestão de utilização de materiais didáticos;

c) proposição de técnicas que propiciam melhoria no sistema de avaliação.

V - coordenar a programação, execução e avaliação do processo de recuperação dos alunos;

IV- potencializar e garantir o trabalho coletivo na escola, organizando e participando das horas de trabalho pedagógico;

V- coordenar as reuniões dos conselhos de classe/ano;

VII - propor e coordenar atividades que levem ao aperfeiçoamento e atualização de professores e funcionários;

VIII - coordenar o planejamento das atividades nos vários ambientes disponíveis na escola, objetivando o aproveitamento racional do espaço físico;

IX- avaliar os resultados do ensino no âmbito da escola;

X - assessorar a direção da escola, especificamente, quanto às decisões relativas a:

a) matrículas e transferências;

b) agrupamento de alunos;

c) organização de horário de aulas e do calendário escolar;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerónimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

d) utilização dos recursos didáticos da escola;

XI - interpretar a organização didática da escola para a comunidade;

XII - elaborar o seu plano de trabalho de acordo com os objetivos propostos pela escola.

Parágrafo Único - Integra o Núcleo Técnico-Pedagógico os Professores Coordenadores Pedagógicos.

Art. 94º- As ATPC deverão consolidar-se como espaço dinâmico de formação, que contemple estudo e investigação, em um movimento constante de reflexão sobre as práticas educativas e sua transformação, em um processo sinérgico visando à melhoria da aprendizagem dos estudantes a partir do aperfeiçoamento da prática docente.

Parágrafo Único: Para consolidar as ATPC como espaço privilegiado de formação continuada, serão fundamentais a atuação da coordenação pedagógica e a liderança da direção

Art. 95º São atribuições da Coordenação Pedagógica:

I- Mobilizar a equipe de professores e mediar o processo de apropriação das temáticas propostas nas pautas realizadas nas ATPC;

II- Organizar uma agenda para acompanhamento de aulas realizadas com a utilização das atividades sugeridas;

III -Registrar a síntese dos resultados que estão sendo alcançados nessas aulas, como: o que está dando bons resultados, eventuais dificuldades, entre outros aspectos;

Capítulo IV

Do Núcleo Administrativo

Art.96º - O núcleo administrativo tem a função de dar apoio ao processo educacional, auxiliando a direção nas atividades relativas a:

I - documentação e escrituração escolar e de pessoal;

II - organização e atualização de arquivos;

III - expedição, registro e controle de expedientes;

IV- digitação e atualização de matrícula e transferência no sistema de cadastro de alunos;

Art 97º As atividades do núcleo administrativo serão desenvolvidas pela secretaria da escola, a quem compete, além de outras atribuições previstas na legislação vigente:

I - quanto à documentação e escrituração escolar:

a) organizar e manter atualizados os prontuários dos alunos, procedendo ao registro e



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

escrituração relativos à vida escolar, especialmente no que se refere à matrícula, frequência e histórico escolar;

b) expedir certificados de conclusão de ano e outros documentos relativos à vida escolar dos alunos;

c) incinerar documentos considerados inservíveis, observado a temporalidade;

d) manter registros de levantamento de dados estatísticos e informações educacionais;

e) comunicados e editais relativos às matrículas e demais atividades escolares.

II - quanto à administração em geral:

a) receber, registrar, distribuir e expedir correspondências, processos e papeis em geral tramitem pela escola, organizando e mantendo o protocolo e arquivo escolar;

b) registrar e controlar a frequência do pessoal docente e administrativo da escola;

c) preparar e expedir atestados ou boletins relativos à frequência do pessoal docente, técnico e administrativos da escola;

d) requisitar, receber e controlar material de consumo;

f) organizar e manter atualizada toda a legislação que diz respeito à vida escolar;

g) atender pessoas que tenham assuntos a tratar na escola;

h) atender alunos e funcionários da escola, prestando-lhes esclarecimentos quanto à escrituração e legislação escolar

j- verificar a regularidade da documentação referente à matrícula e transferência dos alunos, encaminhando os casos especiais à apreciação e deliberação da direção da escola;

Capítulo V

Do Núcleo Operacional

Art. 98º - O núcleo operacional terá a função de proporcionar apoio ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa e curricular, relativas às atividades de:

I - vigilância e atendimento a alunos;

II - zeladoria;

III - limpeza, manutenção e conservação da área interna e externa do prédio escolar;

IV - controle, manutenção e conservação de mobiliário, equipamentos e materiais didático-



pedagógicos;

V - controle, manutenção, conservação e distribuição da merenda escolar.

Capítulo VI

Do Corpo Docente

Art. 99º – O corpo docente é constituído por todos os professores da escola com as seguintes atribuições, além de outras previstas na legislação vigente:

I - participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento, bem como de compensação de ausências;

V - ministrar os dias letivos e carga horária de efetivo trabalho escolar, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

VII – Verificar a realização das atividades; proceder a forma de registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues;

VIII – participar dos programas de formação continuada, das reuniões pedagógicas, das atividades cívicas e de interação com a comunidade escolar e local, bem como das reuniões com os pais e responsáveis;

IX - proceder à observação dos alunos identificando necessidades e carências de ordem social, psicológica, material ou de saúde que interferem na aprendizagem, encaminhando aos setores especializados de assistência;

X - manter permanente contato com os pais dos alunos ou seus responsáveis, informando-os e orientando-os sobre o desenvolvimento dos mesmos e obtendo dados de interesse para o processo educativo;

XI - participar da Associação de Pais e Mestres e outras instituições auxiliares da escola;

XI - participar do Conselho de Escola quando indicado na forma da lei;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

XII - participar dos conselhos de classe/ano;

XIII – participar dos processos de atribuição classes e aulas, bem como atender convocações de autoridades superiores;

XIV - manter registro atualizado das ações pedagógicas, de acordo com determinação da escola, bem como da frequência e do aproveitamento dos alunos.

Artigo 99º- Compete ao professor, perante a (s) turma (s) que lhe for (em) atribuída (s), observando o Calendário Escolar, sobretudo as datas estabelecidas para as reuniões de Conselho de Classe/Ano/Série/Termo:

- a) lançar a frequência dos estudantes, que resultará no percentual de frequência bimestral e semestral/anual, conforme o caso;
- b) registrar, regularmente, as informações referentes aos trabalhados nas aulas, bem como dos processos de avaliação da aprendizagem alcançada pelos estudantes, lançando as respectivas notas;
- c) lançar, ao final do bimestre, a nota que expresse o resultado do estudante naquele período (nota bimestral) e as ausências compensadas, conforme regimento escolar;
- d) lançar, ao final do ano/semestre letivo, a nota que expressará a avaliação final do estudante, salvo no caso de situação sujeita à análise e parecer do Conselho e Classe / Ano/Termo

Capítulo VII

Do Corpo Docente

Art.100º - Integra o corpo docente todos os alunos da escola, a quem se garantirá o livre acesso às informações necessárias a sua educação, ao seu desenvolvimento como pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o mundo do trabalho.

Título VI

Da Organização da Vida Escolar

Capítulo I

Da Caracterização

Art. 101º - A organização da vida escolar implica um conjunto de normas que visam garantir o acesso, a permanência e a continuidade nos estudos, bem como a regularidade da vida escolar do aluno, abrangendo, no mínimo, os seguintes aspectos:

I - formas de ingresso, classificação e reclassificação;

II - frequência e compensação de ausências;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO".
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

III - promoção e recuperação;

IV - expedição de documentos de vida escolar.

Capítulo II

Das Formas de Ingresso, Classificação e Reclassificação

Art. 102º - A matrícula na escola será efetuada pelos pais, pelos responsáveis ou pelo próprio aluno, quando maior de idade, observadas às diretrizes para atendimento da demanda escolar e os seguintes critérios:

I - por ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental de 9 anos, com 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que cursar o referido ano.

II - nos anos subsequentes do Ensino Fundamental será exigida a comprovação da promoção da etapa anterior;

III - por ingresso na educação de jovens e adultos, com idade mínima de 15 (quinze) anos completos;

Art.103º - A classificação ocorrerá mediante avaliação feita pela escola para alunos sem comprovação de estudos anteriores, observados os critérios de correspondência idade/ano ou ano e avaliação das competências nos componentes curriculares que integram a base nacional comum do currículo, que determinará o ano adequado para a matrícula.

Art.104º - A reclassificação do aluno em ano mais avançado, tendo como referência a correspondência idade/ano e a avaliação de competências nos componentes curriculares que integram a base nacional comum do currículo, em consonância com a proposta pedagógica da escola, ocorrerá a partir de:

I - proposta apresentada pelo professor ou professores do aluno, com base nos resultados de avaliação diagnóstica;

II - solicitação do próprio aluno ou seus pais ou responsável, mediante requerimento dirigido ao diretor de escola.

III - atendida a Indicação CEE 180/2019, sobre "Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular: garantia à educação e à aprendizagem" e Resolução SE nº 60, de 29-10-2019

Art.105º - Para o aluno da própria escola, a reclassificação ocorrerá até o final do primeiro bimestre letivo e para o aluno matriculado por transferência ou oriundo de país estrangeiro, em qualquer época do ano letivo.

Art.106º - A escola aceitará matrículas por transferência de alunos provenientes de outras escolas do país ou do exterior.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes nº 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA – SP

Capítulo III

Da Frequência e Compensação de Ausências

Art.107º - A escola fará o controle sistemático da frequência dos alunos às atividades escolares, e, bimestralmente, adotará medidas necessárias para que os alunos possam compensar ausências que ultrapassem o limite de 20% (vinte por cento) do total das aulas dadas ao longo de cada bimestre letivo.

§ 1º - As atividades de compensação de ausências serão programadas, orientadas e registradas pelo professor da classe ou dos componentes curriculares com a finalidade de sanar as dificuldades de aprendizagem provocadas por frequência irregular às aulas.

§ 2º - A compensação de ausências não exime a escola de adotar as medidas previstas no art. 56, inciso II do Estatuto da Criança e do Adolescente e nem a família e o próprio aluno de justificar suas faltas.

Art. 108º - No final do ano o controle de frequência será efetuado sobre o total de horas letivas e exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para promoção.

Art.109º- É imprescindível que os professores mantenham atualizados os registros dos estudantes, avaliando as atividades realizadas para fins de acompanhamento pedagógico, avaliação e tomadas de decisão quanto aos diagnósticos, avanços da aprendizagem, e encaminhamentos para a recuperação das ações pedagógicas não dominadas, no retorno às atividades presenciais.

Art .110º - O Diário de Classe se constitui de instrumento legal de registros das atividades diárias desenvolvidas em sala de aula pelo professor junto aos discentes, envolvendo os apontamentos dos conteúdos trabalhados, das avaliações e da frequência dos estudantes, permitindo o acompanhamento do rendimento escolar nas diferentes áreas do conhecimento.

Artigo 111º- A partir do ano de 2020, os registros de aula, avaliação e frequência diária serão realizados, exclusivamente, de maneira informatizada, em módulo específico da plataforma Secretaria Escolar Digital – SED.

§ 1º- Fica estabelecido até 31-12-2020, prazo para o período de transição, durante o qual poderá ser utilizado o diário de classe em papel para registros de aula, avaliação e frequência diária.



Capítulo IV

Da Promoção, Retenção, Recuperação e Aceleração de Estudos

Seção I

Dos Alunos do Ensino Fundamental Regular

Art. 112º - A promoção ou a retenção de alunos se fará no final de cada ciclo

Art. 113º - Sendo a avaliação um processo contínuo o aluno será avaliado em todas as atividades realizadas e seu aproveitamento será sintetizado por meio da emissão de uma nota, conforme dispõe o **art. 66º** deste Regimento, ao final de cada bimestre e ao final do ano letivo.

Art. 114º - Será considerado promovido o aluno que ao final do ciclo obtiver nota final mínima 5,0 (cinco).

Art. 115º - As notas que expressam a nota final serão submetidas à apreciação e homologação dos conselhos de classe/ano que decidirão sobre a promoção ou retenção dos alunos no final do ciclo pedagógico e excepcionalmente no 5º ano

Art. 116º - Do resultado final da avaliação do aluno caberá recurso dirigido ao Diretor da Escola, no termos da legislação vigente

Parágrafo único - A autoridade recorrida decidirá, no prazo previsto na legislação vigente, ouvido o Conselho de Classe/Ano.

Art. 117º – Caberá à equipe escolar identificar os alunos do Ensino Fundamental que necessitem de mecanismos de apoio no processo de ensino e aprendizagem, para concluir seus estudos dentro do tempo regular previsto na legislação pertinente.

§ 1º - Os mecanismos de apoio utilizados no processo de ensino e aprendizagem, a que se refere o caput deste artigo, distinguem-se pelos momentos em que são oferecidos e pelas metodologias utilizadas em seu desenvolvimento, caracterizando-se basicamente como estudos de Recuperação Contínua assim definida:

I- Recuperação Contínua: ação de intervenção imediata, a ocorrer durante as aulas regulares, nas classes de Ensino Fundamental, e que é voltada para as dificuldades específicas do aluno, abrangendo não só os conceitos, mas também as habilidades, procedimentos e atitudes, sendo desenvolvida pelo próprio professor da classe ou da disciplina, com apoio do Professor Auxiliar, quando houver;

§ 2º - Todos os alunos terão direito a estudos de recuperação contínua em todas as disciplinas em que o aproveitamento for considerado insatisfatório, nos termos das legislações vigentes.

§ 3º - Compete ao docente realizar uma avaliação diagnóstica de cada criança por meio da



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO" .
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais e construir um programa de recuperação, caso necessário, para que todas as crianças possam desenvolver, de forma plena, o que é esperado de cada uma ao fim de seu respectivo ano letivo.

Seção II

Dos Alunos da Educação de Jovens e Adultos

Art. 118º – Os alunos da educação de jovens e adultos serão promovidos ou retidos no final de cada etapa, de acordo com o que dispuser o plano de curso, utilizando-se os mesmos critérios de notas empregados para os alunos do ensino regular.

Capítulo V

Da Expedição de Documentos e Vida Escolar

Art.119º - Cabe a unidade escolar expedir históricos escolares, declarações de conclusão de ciclo/ano, diplomas ou certificados de conclusão de curso, com especificações que assegurem clareza, a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos alunos, em conformidade com a legislação vigente.

Título VII

Das Disposições Gerais

Art.120º - A escola manterá a disposição dos pais e alunos cópia do Regimento Escolar.

Art.121º - Incorporam-se às normas deste Regimento, as determinações supervenientes oriundas de disposições legais baixadas pelos órgãos competentes do sistema.

Art.122º - Esse Regimento Escolar, após apreciado pelo Conselho de Escola, entrará em vigor no ano seguinte da sua aprovação e homologação pela DER-Adamantina, a qual a Unidade Escolar é jurisdicionada.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF PROFESSOR "WAGNER CAMPATO".
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO ADAMANTINA
Rua João Gerônimo Lopes n° 572 CEP 17.760-000
Fone (018) 3556-1155 INÚBIA PAULISTA - SP

Art. 123- A alteração do Regimento Escolar da EMEF Professor "Wagner Campato", CIE 274483, localizada a rua João Gerônimo Lopes nº 572, Inúbia Paulista SP, Jurisdicionada a DER-Adamantina está de acordo com Deliberação CEE 188/2020 que *Disciplina a aprovação e a entrada em vigor dos Regimentos Escolares das instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, no período de surto global do Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá outras providências*

Inúbia Paulista, 18 de novembro de 2020.

Dalva Aparecida Oton Passini
Diretor de Escola
RG. 7.608.401-2